



**POR UMA AGENDA DE PESQUISA-AÇÃO SOCIOJURÍDICA E CRIMINOLÓGICA
NO CAMPO DA SOCIOLOGIA DA SEGURANÇA E DA JUSTIÇA BRASILEIRA E
LATINO-AMERICANA¹**

Eduardo Pazinato²

Este trabalho tenciona empreender uma reflexão teórico-prática sobre os projetos de extensão universitária desenvolvidos pelo Núcleo de Segurança Cidadã da Faculdade de Direito de Santa Maria (NUSEC-FADISMA), calcados na lógica da *pesquisa-ação* (THIOLLENT, 2011), no âmbito da Sociologia da Segurança e da Justiça. A elaboração de uma agenda de estudos e pesquisas aplicadas acerca do *modus operandi* do sistema de segurança pública e justiça criminal brasileiro e latino-americano, em face de uma melhor compreensão do funcionamento do sistema penal ante o acirramento da conflitualidade social e da prática de violências interpessoais e institucionais na região, constitui um imperativo ético e uma necessidade técnico-científica contemporânea. Parte-se, pois, do pressuposto de que os principais conceitos e métodos de investigação que lastreiam esse campo sociojurídico e criminológico (BARATTA, 1999; SENTO-SÉ, 2005), no que pertine à investigação da dinâmica de atuação das instituições e dos profissionais que compõem o dito sistema de segurança pública e justiça criminal, iniciando pelo processo de produção legislativa (criminalização primária), passando pelo papel das polícias (em especial das Polícias Civil e Militar no país) e de outras agências de segurança entrantes (a exemplo das novas identidades profissionais e dos recentes processos de legitimação sociopolítica por quem passam as Guardas Municipais no Brasil) e de justiça (Advogados, Defensoria Pública, Ministério Público e Magistratura) até o sistema penitenciário e de medidas socioeducativas (criminalização secundária). Serão apresentadas algumas experiências (*cases*) e inovações institucionais (e insurgentes) no campo das políticas públicas de segurança e justiça (PAZINATO, 2013), levadas a efeito por gestores públicos da área e pela sociedade civil local, tendo como base a emergência de novos desenhos institucionais de governança e participação nessa seara (MESQUITA NETO, 2011; PAZINATO, 2012), tais como: as reformas institucionais da segurança e das polícias propugnadas por entidades de classe e ONG's, o protagonismo do poder local na prevenção das violências e na promoção dos direitos, os centros de gestão da informação (como os Observatórios Locais de Segurança Cidadã), os Núcleos de Mediação de Conflitos, Justiça Comunitária e Justiça Restaurativa e, ainda, os novíssimos movimentos sociais, como o *Hip Hop*, que enunciam e problematizam a seletividade, a estigmatização e a vitimização das juventudes pobres e negras das periferias de cidades brasileiras e latino-americanas, temáticas eminentemente interdisciplinares e, por

¹ Docência na Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Disciplina de Introdução à Sociologia da Segurança e da Justiça". Núcleo de Segurança Cidadã (NUSEC). Área de Concentração em Cidadania, Políticas Públicas e Diálogo entre Culturas Jurídicas. Linha de Pesquisa: Controle Social, Segurança cidadã e Justiça Criminal.

² Autor e Professor-Coordenador do Núcleo de Segurança Cidadã da FADISMA. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: eduardo.pazinato@fadisma.com.br.

vezes, invisibilizadas na Academia, a despeito da sua relevância sociocultural (ACERO; MIRAGLIA, PAZINATO, 2012; KERBER; PAZINATO, 2013; 2015).

Palavras-chave: Sociologia da Segurança e da Justiça. Conflitualidade e Sistema Penal. Sistemas de Segurança Pública e Justiça Criminal. Inovações Institucionais no Campo das Políticas Públicas de Segurança e Justiça.

ACERO, Hugo; MIRAGLIA, Paula; PAZINATO, Eduardo. Estratégias locais de Segurança Cidadã. Recife: Provisual, 2012.

BARATTA, Alessandro. La política criminal y el Derecho Penal de la Constitución: nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las Ciencias Penales. Revista de La Facultad de Derecho de La Universidad de Granada, n. 2, 1999.

MESQUITA NETO, Paulo. Ensaios sobre Segurança Cidadã. São Paulo: Quartier Latin: FAPESP, 2011.

KERBER, Aline; PAZINATO, Eduardo. Dossiê do 1º Censo sobre Ações Municipais de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Curitiba: Multideia, 2013.

_____. Atlas da Municipalização da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Curitiba: Multideia, 2015.

PAZINATO, Eduardo. Do Direito à Segurança à Segurança dos Direitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

_____. Da Ação das Ruas ao Estado em Ação. In: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Vozes das Ruas: reflexões do Conselho sobre as manifestações de junho. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). Prevenção da Violência: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa--ação. São Paulo: Cortez, 2011.

Abstract:

This work intends to undertake a theoretical-practical reflection on the projects of university extension developed by the Citizen Security Nucleus of the Faculty of Law of Santa Maria (NUSEC-FADISMA), based on the logic of action research (THIOLLENT, 2011), within the scope of Sociology of Security and Justice. The elaboration of an agenda of studies and applied research on the *modus operandi* of the system of public security and criminal justice in Brazil and Latin America, in the face of a better understanding of the functioning of the penal system before the escalation of social conflict and the practice of interpersonal and institutional violencies in the region, constitutes an ethical imperative and a contemporary technical-scientific need. It is therefore assumed that the main concepts and methods of investigation that underpin this socio-juridical and criminological field (BARATTA, 1999; SENTO-SÉ, 2005), in what concerns the investigation of the dynamics of action of institutions and professionals public security and criminal justice system, beginning with the process of legislative production (primary criminalization), through the role of the police (especially the Civil and Military Polices) and other incoming security agencies (as new professional identities and recent processes of socio-political legitimacy by those who pass Municipal Guards in Brazil) and justice (Lawyers, Public Defender, Prosecutor and Judges) to the penitentiary system and socio-educational measures (secondary criminalization). It will present some experiences (cases) and institutional innovations (and insurgents) in the field of public policies of security and justice (PAZINATO, 2013), carried out by public sector managers and local civil society, based on the emergence of new Institutional models of governance and participation in this sector (MESQUITA NETO, 2011; PAZINATO, 2012), such as: the institutional reforms of security and police advocated by class entities and NGOs,

the role of local authorities in preventing violence and promoting (as Local Observatories for Citizen Security), Conflict Mediation Centers, Community Justice and Restorative Justice, as well as the new social movements, such as Hip Hop, which selectivity, stigmatization and victimization of poor and black youth from the peripheries of brazilian cities and latin american, thematically interdisciplinary and sometimes invisible at the Academy, despite its socio-cultural relevance (ACERO; MIRAGLIA, PAZINATO, 2012; KERBER; PAZINATO, 2013; 2015).